



CCD PORTO - LISTA C – 2020

MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO

Ao longo do atual mandato, estivemos, em geral, em sintonia com a linha política da direção, que consideramos ter sido a mais adequada. Temos noção do que se espera de um militante bloquista: que apoie o partido no seu trabalho junto do povo e respeite a linha política democraticamente aprovada nos órgãos.

Apesar do progresso, persistem motivos de crítica ao funcionamento do Bloco, ainda enfraquecido pela divisão em tendências, na capacidade de organização e democracia interna, pelo que apresentamos esta lista.

Tal divisão tornou-se mais evidente quando um grupo de aderentes saiu da moção A, juntando descontentes de vários quadrantes para constituir a Convergência. Nunca, no Bloco, se foi tão longe na crítica de má-fé, contribuindo para uma desconfiança axiomática em relação à direção, que não é saudável para um partido democrático.

1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

O Bloco de Esquerda precisa de mais democracia interna.

Quando é preciso apresentar propostas sobre temas que as bases têm a obrigação de conhecer melhor ou mesmo quando um projeto lei é precedido de debate público, as propostas são discutidas nos órgãos dirigentes máximos, com reduzida participação das bases ou dos organismos intermédios.

Por outras palavras, as decisões no Bloco funcionam tendencialmente de cima para baixo. A falta de democracia interna acaba por desvitalizar órgãos locais que, afastados da realidade de decisão e debate, perdem-se em reuniões pouco produtivas.

As decisões dos órgãos nos vários níveis de estrutura devem ser tomadas depois de ouvidas as bases, criando oportunidade para que a sua intervenção seja efetiva e devendo a opinião de qualquer aderente merecer a mesma oportunidade de ser exposta.

Para corrigir o excesso de centralismo e défice de democracia, propomos que a Comissão Política, sempre que precisar de fazer uma proposta política relevante, e havendo tempo, elabore um anteprojeto, a ser discutido nos organismos de base e intermédios e, posteriormente, aprovado pela Mesa Nacional ou a Comissão Política após ponderação de todos os contributos.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

Respeitando os nossos princípios e valores, podemos fazer mais pela nossa implantação local e representação autárquica. Seremos

frágeis em termos organizativos impede-nos de chegar às pessoas em bairros, freguesias, cidades, que só conhecem o Bloco à distância. Nesse sentido, avançamos com sugestões:

2.1. Os funcionários do Bloco devem ser escolhidos em função da capacidade política e devem ir além de funções burocráticas, participando em reuniões de órgãos locais para recolher opiniões e transmitir a linha política do Bloco democraticamente aprovada. Isto ajudará a centrar-nos numa visão focada na ação coletiva, que nos permitirá crescer.

2.2. Nos concelhos onde não há estrutura, a CCD deve organizar eventos que permitam angariar aderentes. Naqueles onde há, deve-se priorizar eventos que alarguem a base de apoio, incluindo culturais/desportivos que mobilizem mais gente politicamente. Devem-se também apoiar as estruturas locais no sentido de informar as pessoas dos seus direitos, alargando o foco de ação além do parlamento e enraizando-nos nas comunidades.

2.3. Devemos dar especial atenção ao recrutamento de quadros locais que estudem os *dossiers* relativos a cada freguesia ou concelho e sejam bons candidatos autárquicos. A escolha da composição de candidaturas deve ser feita atempadamente.

2.4. Os nossos ativistas devem ser encorajados a acompanhar e participar em associações locais. Devemos continuar a apoiar as lutas sociais, sem as manipular, tendo como objetivo estratégico o fortalecimento da nossa estrutura local como consequência natural do nosso apoio. Sempre que possível, os nossos

aderentes, especialmente advogados, médicos e professores, devem ser encorajados a prestar serviços comunitários.

2.5. As estruturas concelhias/núcleos devem ser previamente contactados sempre que haja uma iniciativa parlamentar, evento presencial ou online relacionados com a sua área geográfica de intervenção e representação. Nos concelhos periféricos, com semelhanças geográficas e sociais, a CCD deve organizar ações coordenadas entre concelhias.

2.6. Os membros da CCD devem distribuir o foco da sua responsabilidade por temas, para reunir, de forma otimizada, informação e propostas relativas a cada área de intervenção.

2.7. A CCD deve garantir que novos aderentes são bem integrados no Bloco, em particular estruturas locais e grupos de trabalho, e produzir material informativo para orientar os aderentes do Distrito na pesquisa/tratamento de informação nas suas áreas de intervenção.

3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

O Bloco de Esquerda foi fundado em 1999 a partir da união de 3 organizações políticas às quais se juntaram independentes de esquerda.

Atualmente, as duas maiores tendências, embora em número escasso, dominam a estrutura do Bloco, definindo orientações estratégicas e tudo que importa para o nosso futuro, decisões pouco previamente discutidas nas bases, enfraquecendo sistematicamente a democracia interna. Qualquer aderente de base mais atento percebe que a sua voz não tem tanta oportunidade de ser considerada quanto o desejável. Embora a diversidade de opiniões e ideologias, refletida na existência de tendências, seja indício de democracia interna, há um tempo para a sua organização se exprimir – o da Convenção – representando o prolongamento e cristalização da sua organização um potencial risco para o desenvolvimento do projeto coletivo.

Em relação à última Convenção, regista-se que a moção M implodiu e emergiu a Convergência. No que toca a esta, é preocupante a sua atitude hostil ao Bloco, indo

além da crítica construtiva e fundamentada para entrar muitas vezes num terreno de extrema desconfiança que contribui para a divisão entre aderentes, correndo-se o risco de estagnação ou paralisia na ação política.

Todo o contributo para um Bloco mais democrático e plural na área da Esquerda democrática, socialista e republicana é bem-vindo. Não devemos é cair no erro de focar excessivamente as divergências estratégicas que naturalmente existem, mas que não devem criar um fosso entre camaradas.

CANDIDATOS

1. Américo Campos, A9572, Paredes
2. Duarte Graça, A12034, Penafiel
3. Fernanda Rocha, A11104, Paredes
4. Fernando Oliveira, A10649, Maia
5. Álvaro Azevedo, A10929, Maia
6. Mónica Ferreira, A10384, Paredes
7. Bruno Ismael Silva, A12179, Paredes
8. Paulo Santos, A10901, Paredes
9. Andreia Rodrigues, A14009, Paredes
10. Paulo Teles, A170, Porto
11. Armando Herculano, A1750, Vila do Conde
12. Maria Elisa Brito, A14008, Paredes
13. Ricardo Soares, A11246, Paredes
14. Dirceu Graça, A12272, Paredes
15. Olívia Barros, A11166, Paredes
16. Cláudio Cardoso, A14010, Paredes
17. Evaristo Campos, A11124, Paredes
18. Isabel Ferreira, A10906, Paredes
19. Jaime Santos, A10152, Paredes
20. José Manuel Freitas, A14826, Paredes
21. Susana Campos, A10166, Paredes
22. Joaquim Ferreira, A14348, Paredes
23. Fernando Ribeiro, A14283, Paredes
24. Cidália Rocha, A10909, Paredes
25. Paulo Micael Santos, 10979, PAREDES

MANDATÁRIO: Américo Campos

